

A REVISTA A VIOLETA E A EDUCAÇÃO FEMININA, EM CUIABÁ

Gislaine Crepaldi Silva*

RESUMO

O objeto desta pesquisa é a pretendida ampliação do espaço social feminino mediante a educação escolar, durante o período estadonovista (1937-1945). Tal reivindicação é solicitada por um grupo de mulheres que organizava e redigia uma revista denominada A Violeta. Este é um trabalho de História da Educação com base em fonte primária, no caso a revista A Violeta – o único periódico redigido e organizado por mulheres no Estado de Mato Grosso (Brasil), no período em estudo. Essa revista A Violeta possui relevante significado porque materializou, por meio de seus artigos, o desejo de ampliação do espaço social feminino.

Palavras chave: Educação, mulher, a violeta.

ABSTRACT

The object of this research is the intended amplification of the feminine social space through the school education during the period of New State (1937-1945). Such reclamation was requested by a group of women who organized and published a magazine titled A Violeta. This is a work in History of the Education based on the primary source in the magazine A Violeta. It was the only published and organized newspaper by women in the state of Mato Grosso in Brazil, during that time. The magazine A Violeta has important meaning because it materialized, through its texts, the desire of amplification of the feminine social space.

Keywords: education, woman, a violeta.

A revista A Violeta circulou em Mato Grosso entre 1916 a 1950: foi o único periódico organizado e dirigido por mulheres pertencentes às classes média e alta da sociedade. As redatoras e colaboradoras exerciam funções que variavam entre escritoras, professoras, funcionárias públicas e donas de casa. Elas registraram um considerável período da história do Estado e aquarelaram, ao mesmo tempo, pensamentos conservadores e idéias de progresso e de emancipação feminina. Por outras palavras, da mesma forma que exaltavam o nacionalismo vigente e as práticas sexistas, lutavam pela ampliação do espaço social e da autonomia da mulher. Por detrás das palavras conservadoras, ou de forma explícita, existia uma contraposição sobre a tendência ocidental quanto à racionalização do saber doméstico e a constitucionalização da lei e da família. Além disso, as mulheres aproveitaram essa oportunidade para

informar ao público inúmeros assuntos, estabelecendo um elo cultural entre Mato Grosso e o restante do país.

As redatoras da revista *A Violeta* funcionavam como força moderadora, eram conscientes da posição social e política em que se encontravam e, ao mesmo tempo, publicavam crônicas e notícias capazes de reivindicar, dentre outras coisas, a escolarização e a profissionalização do sexo feminino.

Entre os séculos XIX e XX houve, no Brasil, uma efervescência social e política que temia as novas “ideologias perigosas”, com destaque para o anarquismo e o feminismo. Foi só a partir de 1930 que ocorreu uma tentativa mais abrangente de se redefinir o sistema: prescrevendo currículos educacionais, atividades públicas, comportamento sexual e assim por diante. A importância dessas políticas públicas - nas formas de manifestação social e cultural, segundo a identidade sexual dos indivíduos-, deve-se ao objetivo de promover o desenvolvimento econômico do país sem, contudo, perder a estabilidade social. Assim, o sistema de gênero foi organizado para legitimar o poder do Estado.

O conceito de gênero entra na história não apenas das mulheres, mas nas relações delas com elas mesmas, com os homens, com o Estado, com a família, com a Igreja e, mais especificamente, com a educação escolar e com a profissionalização feminina desejada por um grupo de mulheres.

O que podemos encontrar freqüentemente na imprensa feminina, desde o final do século XIX até meados do século XX, é a utilização das letras para denunciar o poder exercido pelo homem e a demonstração do desejo de um possível reordenamento social. Tais discursos reforçam o papel de mãe, de boa esposa, de dona de casa: “No contexto, no entanto, a contribuição é valiosa e era importante enaltecer a mulher tanto dentro quanto fora de casa”. (Telles, 2000, p. 427).

Quando afirmo que as redatoras procuravam ampliar o espaço social da mulher, reivindicando-o por meio da Revista, considero que elas tinham outra forma de interpretar e interagir na organização e na produção desse espaço. Não apenas físico, seria este espaço composto por hábitos, contatos sociais e, principalmente, por meio da educação pretendida para a reconstrução do papel feminino dentro dos parâmetros da cultura nacional, legitimando uma dinâmica nas demarcações políticas, entre aquilo que era velho e aquilo que surge como novo.

Sobre o conceito de velho e novo, utilizo Cury (1995, p. 31), quando afirma: “A tensão entre o já sido e o ainda não é que possibilita o surgimento e a implantação do novo, pois penetra no processo, do começo ao fim, o desenvolvimento de todas as coisas”. Cury também toma a educação como uma ação transformadora e contraditória, pois apresenta características de reprodução e de transformação ao mesmo tempo. A educação pretendida pelas redatoras também não possuía uma mesma dimensão, pois alternavam valores conservadores com aqueles que ampliariam o espaço social de um grupo de mulheres.

A demanda social pela educação formal se acentuou a partir de 1930, em decorrência da crescente industrialização e urbanização dos grandes centros brasileiros, fortalecendo o discurso de uma ampliação pela escolaridade das massas urbanas. Enquanto isso, as livrarias de Cuiabá forneciam uma literatura capaz de assegurar normas e conduta às mulheres, como afirma D. Miloca¹: Líamos Fon-Fon², Vida Doméstica, A Violeta, que era o que as moças daquela época liam. Esse, era assim, um suplemento feminino, falava sobre a vida social, sobre os cuidados com a casa.

As revistas publicadas na época possuíam a responsabilidade de passar, além dos acontecimentos sociais, os aspectos morais verificáveis durante a era Vargas, o que significava promover uma adequação do comportamento das leitoras a fim de assegurar determinado padrão social, reafirmado pelo mundo das letras. As redatoras da revista A Violeta solicitavam melhoria nas condições educacionais das mulheres mato-grossenses.

A educação feminina passou a ser o foco de atenção das escritoras, confirmando a reestruturação social pretendida por Getúlio Vargas, como cita o artigo :

Uma mulher educada educa cem homens. É imprescindível que ela seja educada. Quem é que dá as primeiras noções da vida do homem? Quem lhe ensina os primeiros passos, as primeiras palavras? Quem lhe incute as primeiras idéias? A mãe mulher! (OLIVEIRA, 1938, p. 13 e 14).

Após a implantação do Estado Novo, Vargas tratou de formalizar um Estado forte e corporativista. Para impor suas idéias, foi criado o DIP - Departamento de Imprensa e Propaganda - e suas respectivas réplicas em nível estadual, denominados de DEIPs -Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda. Tinham como função

¹ Apelido de Delmira Gamarra Vieira, nascida em 1930, em Cuiabá. Entrevista concedida em 3 de junho de 2002.

² Segundo Yasmim J. Nadaf (2000), o Romance de Fon-Fon foi uma revista semanal carioca da década de 1920, comercializada também em Mato Grosso. Publicavam romances em fascículos ilustrados.

coordenar e fiscalizar a propaganda nacional. Foram instituídos, também, O DASP - Departamento Administrativo do Serviço Público - e os “daspinhos” em cada Estado, que serviam como instrumentos de moralização administrativa. Num governo centralizado, o DASP acabou por tornar-se um Ministério, cujos prefeitos e interventores estavam a ele submetidos.

As redatoras da revista não tiveram problemas com esse tipo de fiscalização, uma vez que reproduziam um discurso firmado pelo Estado Novo. Pelo contrário, eram elogiadas pela circulação do periódico e pelos seus afazeres solidários em prol da sociedade cuiabana.

É a escola um dos grandes fatores da vida social, um órgão capaz de preparar o indivíduo para a sociedade, de educá-lo de um modo que ele possa ser feliz e possa também trabalhar com eficiência para o bem-estar da família e o engrandecimento da Pátria [...]

O papel das escolas na atualidade nacional é eminente e relevante... à solução do problema social, à saúde da Pátria, em uma palavra, sua salvação depende da higiene moral das casas de ensino que têm o mais belo, o mais sublime dever de conduzir o ser humano à compreensão perfeita de sadios princípios, à compreensão exata da realidade das cousas, mostrando-lhe, abrindo-lhe a estrada da vida laboriosa e digna. (M. C. P,3 1939, p. 15).

Embora esteja explicitado que a escola representaria a continuidade na formação dos indivíduos e que tal instituição deveria estar incumbida de transmitir valores que interessariam ao sistema político-econômico vigente, esse espaço permitiu a interação social que ultrapassou o suposto confinamento doméstico feminino. Nesse local se configurou a possibilidade de estarem sendo criadas outras formas de sociabilidade e de atualização de valores. A escola passou a adquirir dupla função: como instrumento de capacitação -dentro dos moldes corporativistas-, e como instrumento de fomentação -circulação de idéias.

Nesse aspecto, a escola se tornou núcleo capaz de reestruturar o saber-instrumento:

A educação da mulher deve ser uma das primeiras preocupações dos governos...

Deve, igualmente, a mulher preparar-se, por meios de leituras, para o desempenho inteligente e cabal dos seus deveres... (Duarte, 1939, pp. 21 e 22).

³ Alguns pseudônimos e siglas que aparecem na revista são de impossível identificação. (cf. NADAF, 1993, p. 79)

Assim, o triunfo da “nova” ordem social dependia da função educativa do Estado e, em contrapartida, o este apropriar-se-ia da elite cultural e intelectual da mulher, incorporando à educação uma “natureza feminina”. A partir do momento em que se estabelecia um paradigma cultural para o ser feminino e suas relações sociais dentro do discurso técnico-racionalizador em expansão pelo país, ficaria a encargo da escola, e não mais da família, o repasse de conhecimentos necessários à mulher para sua atuação dentro e fora do lar; assim sugerida pela revista:

A mulher não pode fugir dessa missão sagrada e dignificante: ser mãe e educadora. Quer em casa, zelosa pela educação de seus filhos, quer na escola, contribuindo para a formação espiritual da criança; enfermeira, anjo de bondade para minorar os sofrimentos do próximo; casada, solteira, religiosa, moça ou velha, é e será sempre a sacerdotisa da educação social.

Prepara, pois, na virgem prudente a mulher forte, tal deve ser o nosso principal objetivo na formação moral de nossa sociedade. Mulher forte, diz a Escritura, é aquela em que o coração de seu marido o confia, que cuida da educação dos seus filhos, que examina os passos de sua casa; aquela, enfim, que prevê as necessidades de seus domésticos. E para tal só pode ser aquela que se preparou formando o espírito e o caráter nas bases sólidas da ciência doméstica e na prática da religião.

[...] Outras têm, como pendor natural, o instinto da educação doméstica.

Mas, serão todas assim?

[...] Não serei eu a única a pensar, com interesse, neste problema do qual depende in locum a nossa formação social. Pensar não é bastante; precisamos de agir. (Duarte, 1941, p. 01- 03).

A primeira parte do artigo ressaltou a necessidade de desenvolver, na educação feminina, as capacidades “naturais”: alterocentrismo, generosidade, paciência, servidora da vida, etc., com o objetivo de fortalecer o espírito para dirigir novas gerações num “bom” caminho. Essas aptidões naturais estavam impregnadas de referências à religião cristã: benevolência e castidade, além de um forte patriarcalismo: fidelidade e complementaridade ao homem. Todas essas atribuições, conferidas à mulher para elevação da família e da sociedade por inteiro, visavam à elevação e ao bem-estar do próprio homem.

Entretanto, no final do artigo, questionava-se: “Mas serão todas assim?”, chamando a atenção das leitoras para essa missão “sacrossanta”. A autora fazia uma crítica à massificação dos pensamentos e propunha ir além das idéias, aconselhando as mulheres a partir para a ação.

A revista A Violeta foi confeccionada entre processos que conjugavam as aspirações e as necessidades das mulheres mato-grossenses, mantendo, em alguns aspectos, a validade justificadora da ordem vigente. De maneira sutil, essa indagação foi redefinindo consensos para um grupo letrado de mulheres. A educação, desejada nessa análise, incorporava elementos nascidos da reflexão e admitia transformação:

A educação é uma lei fatal da humanidade. Tudo neste mundo tende a evoluir-se, a transformar-se. (sic)

O homem passou por diversas fases de civilização; os governos mudaram-se [...] (sic)

E esse progredir continuará sempre, porque a inteligência humana nunca cessa de imaginar, de inventar.

A mulher, como companheira constante e indispensável do homem, acompanhou-o na sua evolução, mormente no desenvolvimento do intelecto.

A mulher moderna não é a mesma dos séculos atrás, ignorante, desconhecendo o alfabeto, quanto mais as ciências, não é a mesma do tempo dos Césares ou dos gregos e troianos, em que a função da mulher era cuidar do arranjo do lar e produzir filhos. (sic)

Hoje nada mais disso existe. Lutando e vencendo, fez os homens reconhecerem que a par dos deveres estão os direitos [...] (OLIVEIRA, 1938, p. 13).

Embora se refira à mulher como “companheira do homem”, com a conotação de apêndice ou prolongamento do ser masculino, a publicação fez emergir a idéia de emancipação feminina por meio da educação e vislumbrou a possibilidade de que esta viesse a ser uma concorrente do homem, em condições igualitárias. O artigo argumentou a identidade feminina construída com base na esfera doméstica (com função meramente reprodutora) e no âmbito da maternidade (como função puramente biológica). Ao incorporar-se à luta da mulher, o direito de igualdade possibilitou a ampliação de um espaço social, até então identificado como espaço masculino, relacionado assim por Bicalho (1989, p. 80): “o espaço público, domínio do trabalho e da política”.

Contudo, o acesso da mulher à esfera pública deveria estar de acordo com sua “vocação natural”, enquadrada nas carreiras sociais, como enfermagem, professora infantil, assistência social e combate à mendicância. Tais idéias eram exaustivamente defendidas, dentre outros, pelo Padre Leonel Franca, que procurava demonstrar, em seus estudos, as diferenças psicológicas entre homem “egocêntrico e com tendência à abstração” e mulher “alterocêntrica e intuitiva”. Bem assim pelo líder do laicato católico, Alceu Amoroso Lima, que atribuía ao homem adjetivos como “revolucionário, belicoso e heróico”, enquanto a mulher era “conformista, conservadora, econômica e

intuitiva”. Portanto, a educação dada aos dois tipos distintos também deveria ser diferenciada. Essa diretriz, estabelecida pela “intelligentsia” católica e pela política social do Presidente Vargas, apareceu claramente numa correspondência em que Maria Dimpina Lobo Duarte solicitou orientações a Júlia Lopes de Almeida⁴ para a implantação de uma Escola Doméstica em Cuiabá. Júlia Lopes listou as atividades desenvolvidas em escolas profissionais para meninas e moças já existente em algumas regiões do Brasil.

[...] Higiene – nações sobre saúde, asseio, hábitos (hora de sono, exercício, sport, etc).

Alimentação, tratamento do seu corpo e da sua casa, afabilidade e serenidade de maneiras, etc. Ginástica sueca - desenho, música - (cantos, coros, higiene da voz).

Jardinagem-pomicultura-horticultura – não há nenhum inconveniente que as moças aprenderam a cultivar a terra e a fazer inxertias para melhores frutos dos seus pomares, as flores dos seus jardins...(sic)

Puericultura – Este assunto deve merecer o máximo carinho da diretora, pois que os cuidados dispensados às crianças desde o primeiro dia do seu nascimento são a melhor garantia da sua saúde e da felicidade dos paes...

Costura – corte de vestidos e de roupas brancas para uso de homens, feitos a maquina e a mão. (sic)

Pontos de marca bordados a branco e renda de vários sistemas, consertos de roupas velhas, cerzir meias, remendar, etc.(sic)

Noções de Química – tintura de roupas, desinfecções e lavagens, fabricações de sabão, óleos caseiros, etc.

Cozinha – arte culinária, modo de manter a cozinha apuradamente limpa. Ensino prático e teórico.

Lavar – roupa branca; rendas, lãs. Engomar e passar.

Economia doméstica – escrituração em ordem, notas diárias, assentamento de pessoas, verificação de contas e de recibos, conhecimento dos preços do mercado, modo de comprar, etc. [...]

(Duarte, 1939, p. 13 - 15) 5.

A conquista do espaço público, por meio da instrução recebida numa instituição de ensino, determinou a afirmação social da mulher, apesar dos critérios para estabelecer a identidade feminina pretendida pelas colaboradoras do Grêmio, pela Igreja Católica, pela política varguista e pela economia urbana crescente, surgindo novo perfil feminino durante o Estado Novo. A mulher urbana e letrada passava a interagir num outro espaço, e o seu subjetivismo se tornou público, pela imprensa escrita.

⁴ Júlia Lopes de Almeida (1862-1934): Escritora que publicou várias obras cuja temática se centrava na discussão do papel exercido pela mulher no mundo, sempre defendendo a melhoria educacional do sexo feminino. Foi escolhida como madrinha do Grêmio Literário de Mato Grosso por jovens normalistas e algumas senhoras e senhoritas interessadas em formar uma agremiação capaz de cultivar as “letras femininas”. O Grêmio Literário “Júlia Lopes de Almeida” representou a abertura de espaço para um diálogo cultural.

⁵ Na revista A Violeta não existia uma seção de cartas, porém podemos encontrar algumas correspondências publicadas no periódico.

Quando o artigo discorreu no modelo de mãe higiênica e racional, embutiu na função feminina a responsabilidade moral e afetiva da nação, quando surgem as reflexões sobre a igualdade entre os sexos; a mulher devidamente instruída é a única capaz de regenerar e promover o bem-estar social. Todavia, essa atribuição é antagônica, pois a mulher acabou sendo responsabilizada também pela desordem. Se a integridade da família e da nação dependia da sua elevação moral e da sua autoridade, ao evitar a desmoralização e a má conduta, a mulher acabou sofrendo normatizações de comportamento. (cf. Foucault, 1993.) Dessa forma, a educação feminina estruturou-se em mecanismos sociais de controle para garantir a honra e a virtude da família e da nação, dando ênfase na “representação da mulher como esposa e mãe”. (cf. Costa, 1989, p. 93).

A educação feminina ocorreu e se firmou com o conjunto das partes que constituía um todo, como um processo que conjugava as aspirações e as necessidades de um grupo de mulheres dentro de um contexto histórico-social. A instrução só se tornou compreensível com base nas relações sociais, resultantes da necessidade de emancipação e, ao mesmo tempo, do enquadramento social. Do antagonismo entre os dois propósitos, surgiu outro consenso, que novamente é resolvido e redefinido dentro do próprio contexto histórico. Ao defender a educação feminina, levou-se em consideração a singularidade específica desse sexo e sua participação no mundo do trabalho; incorporou-se um reordenamento do espaço social a ponto de se refletir sobre os benefícios e malefícios da missão de ser esposa e mãe. Isso pode ser observado na publicação de uma carta a uma noiva:

Tu vais casar [...]

Deixa-me oferecer-te, como presente de núpcias, esta carta que figurará entre jóias valiosas, finas rendas e custosos presentes [...]

Afasta-te um pouco da felicidade que te cerca e vamos pensar seriamente na realidade da vida que te espera.

Porque vais unir-te ao Edgar, deixando teu lar onde nasceste, cresceste e onde és como uma princesa regente, acariciada e mimada por todos? (sic)

[...] Já pensaste nas abdições a que estás obrigada pelo casamento?

[...] Já pensaste que um dia ao invés de Edgar, acariciador e risonho, encontrar-te-ás sob o mesmo teto com um homem aborrecido pelos negócios e pelas dificuldades da vida ou tentando pelo mundo corrupto ao qual se devem as maiores desgraças?...(sic) (in Duarte, 1939, p 07 e 08)

As controvérsias sobre o casamento se firmaram após a Primeira Guerra Mundial. À medida que as mulheres das classes média e alta foram tendo acesso à

educação e ao emprego remunerado, o embate sobre o matrimônio foi tomando expressão pública. Tais mulheres se tornaram mais exigentes nas condições de igualdade diante dos homens. (cf. Besse, 1999.) A imprensa feminina reconhecia que o casamento era uma instituição conflituosa. Assim, o ato de reflexão sobre o matrimônio, pelo menos por um grupo de mulheres letradas, criou contradição. Uma dessas contradições é a obtenção de um consenso que legitime [...] a (re)definição de idéias, valores e crenças consentâneas a essa concepção, de tal forma que ganhem validade cognoscitiva e justificadora da ordem vigente". (Cury, 1995, p. 14-15).

O feminismo implícito no artigo foi baseado no princípio da igualdade entre os sexos e na valorização da mulher como indivíduo. Esse individualismo, preceito do mundo moderno, forçou nova identidade feminina que não estava limitada à relação com os homens, mas com sua própria vida, fazendo desse acontecimento um possível devir.

O periódico repassou o perigo de se conformar com as demandas sociais e por se negar a refletir sobre o outro; isso tem múltiplos significados, pois se remete, não só à relação com o marido, mas, substancialmente, com a vida.

Assim, a educação feminina, para as redatoras da revista, apareceu como elemento essencial nas relações socioculturais, e a reflexão sobre a prática matrimonial produziram um movimento pela autonomia. Ressalta-se, porém, que a busca por nova realidade não possuía caráter regressivo, ou seja, não era um movimento que trouxesse para a mulher uma identidade perdida por meio dos processos culturais, mas um movimento capaz de trazer resultados imprevistos, e que esse devir se fez em meio a dúvidas e desacertos.

Cabe-nos, ao menos, indagar se houve ganhos em médio e em longo prazo por algumas mulheres de diferentes categorias sociais. De qualquer forma, é bastante visível o contramovimento histórico, ou seja, mesmo dentro de um sistema sociocultural, pensado e organizado para manter determinada ordem, há, inúmeras vezes, outra força capaz de introduzir novas formas de pensar e de agir dentro de uma sociedade. Ao mesmo tempo em que à mulher foi legada a incumbência de ser educadora, e assim responsabilizada pela organização do lar, da família e do país dentro de uma estrutura social, política e econômica que visava à sua subordinação, restaram elementos que

redefiniram sua instrução e sua introdução no espaço social, cujos resultados serão sempre alcançados pela dinamização histórica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, Jr. D. M. de. (1999) A invenção do nordeste e outras artes. São Paulo: Massangana: Cortez.

ALENCASTRO, L. F. de. (org). (1997) História da Vida Privada no Brasil: Império. São Paulo: Companhia das Letras.

ALMEIDA, Â. M. de. (1992) O gosto do pecado: casamento, sexualidade nos manuais de confesores dos séculos XVI e XVII. Rio de Janeiro: Rocco.

ARIÈS, P. (1981) História social da Criança e da Família. 2 ed., Ed. LTC.

BAKHTIN, M. (1992) Estética da criação verbal. São Paulo: Martins Fontes.

BERNARDES, E. L. (1996) *Mulheres cuiabanas na primeira república*. Dissertação de mestrado. Cuiabá: Universidade Federal de Mato Grosso.

BERNARDES, M. T. C. C. (1989) Mulheres de Ontem? Rio de Janeiro – Século XIX. São Paulo: T. A. Queiroz.

BESSE, S. k. (1999) Modernizando a desigualdade: reestruturação da ideologia de gênero no Brasil, 1914-1940. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.

BOURDIEU, P. (1989) O Poder Simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

_____. (1983) Sociologia. São Paulo: Ática.

BRUNELLI, D. (1988) Libertação da Mulher: um desafio para a Igreja e a vida religiosa da América Latina. 2 ed., Rio de Janeiro: CRB Publicações.

BRUSCHINI, C. e H. H. B. (orgs). (1998) Horizontes Plurais. Novos Estudos de Gênero no Brasil. Faculdade Carlos Chagas. São Paulo: Tocco.

COSTA, A. de O. e B. C. (orgs). (1989) Rebeldia e submissão. Estudos sobre condição feminina. São Paulo: Vértice.

CORRÊA, S. V. A. (1991) *Mulher, trabalho e educação: diferença de gênero e magistério primário em Cuiabá (1889-1945)*. Dissertação de mestrado. Cuiabá: UFMT.

- CORRÊA FILHO, V. (1944) História de Mato Grosso. Várzea Grande: Fundação Júlio Campos.
- CUNHA, C. da. (1989) Educação e Autoritarismo no Estado Novo. 2 ed. São Paulo: Cortez; Autores Associados.
- CURY, C. R. J. (1995) Educação e Contradição. 6 ed. São Paulo: Cortez.
- DEL PRIORE, M. (1988) A mulher na história do Brasil. São Paulo: Contexto.
- _____. (org). (2002) História das crianças do Brasil. 3 ed. São Paulo: Contexto.
- DAMATTA, R. (1991) A Casa e a Rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil. 4 ed. Rio de Janeiro. Editora Guanabara Koogan.
- FAORO. R. (2001) Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro. São Paulo: Globo.
- FREITAS, S. M. de. (2002) História Oral: possibilidades e procedimentos. São Paulo: Universidade de São Paulo: Imprensa Oficial do Estado.
- GRAMSCI, A. (1968) Os intelectuais e a organização da cultura. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- GUTIÉRREZ, F. (1988) Educação como práxis política. São Paulo: Summus.
- LOPES. I. G. (2002) *Asilo Santa Rita de Cuiabá: releitura da práxis educativa feminina católica 1890-1930*. Dissertação de mestrado. Cuiabá: Universidade Federal de Mato Grosso.
- MACIEL, L. A. (1992) *A capital de Mato Grosso*. Dissertação de mestrado. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica.
- MONARCHA, C. (org). (2001) Educação da infância brasileira: 1875-1983. São Paulo: Autores Associados.
- MÜLLER. M. L. R. (1998) *As Construtoras da Nação? Professoras primárias na Primeira República*. Tese de doutorado. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- NADAF, Y. J. (org) (1997) Catálogo de títulos sobre a mulher. Cuiabá: Universidade Federal de Mato Grosso.

_____. (2002) Rodapé das miscelâneas. O folhetim nos jornais de Mato Grosso (séculos XIX e XX). Rio de Janeiro: Editora 7 Letras.

RAGO, M. (1987) Do cabaré ao lar. A utopia da cidade disciplinar. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

SANTOS, E. J. dos. (1999) *A educação física higienista em Mato Grosso (fase de implantação: 1910-1920)*. Dissertação de mestrado. Cuiabá: Universidade Federal de Mato Grosso.

SIQUEIRA, E. M. e C. L. A. da. e C. C. M. C. (1990) Processo Histórico de Mato Grosso. Cuiabá: Guaicurus.

_____, (2002) História de Mato Grosso: Da ancestralidade aos dias atuais. Cuiabá: Entrelinhas.

VILHENA. C. P. de S. (1988) *Família Mulher e Prole. A doutrina social da Igreja e a política social do Estado Novo*. Tese de doutorado. São Paulo: Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo.

VOLPATO, L. R. R. (1993) Cativos do sertão: vida cotidiana e escravidão em Cuiabá: 1850/1888. São Paulo: Marco Zero, Cuiabá-MT: Editora da Universidade Federal de Mato Grosso.

FONTES PRIMÁRIAS

Jornais:

Clube Feminino. Jornal O Mato Grosso, n°08. 3ª. Phase. 1936, p. 1.

Liga Pró-Lázaro - Jornal O Mato Grosso, n°2283. Cuiabá, 4 de dezembro de 1932, p. 3.

Revistas:

BASTOS, Elisabeth. *Sobre o feminino*. A Violeta, n°252, dezembro de 1938, p. 09.

DUARTE, Maria Dimpina Lobo. *Carta aberta - A uma noiva*. A Violeta, n°249, 28 de fevereiro de 1939, pp. 07 e 08.

DUARTE, Maria Dimpina Lobo. *O que a mulher deve saber de um livro útil*. A Violeta, nº. 258, 31 de agosto de 1939, pp. 21 e 22.

DUARTE, Maria Dimpina Lobo. *Escola Profissional - um olhar sobre o passado*. A Violeta, nº. 258, 30 de novembro de 1939, p. 14.

DUARTE, Maria Dimpina Lobo. *Escola Profissional*. A Violeta, nº.258, 30 de novembro de 1939, pp. 13, 14 e 15.

DUARTE, Maria Dimpina Lobo. *Crônica*. A Violeta, nº.279, 31 de agosto de 1941, pp. 01, 02 e 03.

DUARTE, Maria Dimpina Lobo. *União de Classes Femininas no Brasil*. A Violeta, nº.279, 31 de agosto de 1941, p. 08.

GRAÇA ARANHA. *Nota*. A Violeta, nº. 252, maio de 1939, p. 15.

M.C.P. *A Escola*. A Violeta, nº.252, maio de 1939, p. 15.

MOURA, Benilde. *“Que diz do Casamento?”*. A Violeta, nº.258, 30 de novembro de 1939, pp. 21, 22 e 23.

OLIVEIRA, Maria Pinto de Oliveira. *A mulher e a educação*. A Violeta, nº.252, 10 de maio de 1938, pp. 13 e 14.

Sem Assinatura. *Asilo de Santa Rita*. A Violeta, nº.258, 30 de novembro de 1939, pp. 15 e 16.